

O governo vai "faturar" sobre sua própria dívida

30 MAR 1988

No momento em que os ministros Malson da Nóbrega e João Batista de Abreu, ameaçados por todos os lados pela turma do Pais-bandalho, tentavam obter a aprovação do presidente da República para um conjunto mínimo de medidas destinadas a evitar o total colapso financeiro do Estado brasileiro, o Conselho Monetário Nacional realizou segunda-feira sua reunião mensal para aprovar, entre outras decisões, duas medidas de caráter essencialmente político, certamente para acalmar os amigos do presidente Sarney preocupados em assegurar a continuidade do processo de estatização da economia e a impunidade para aqueles que usaram os bancos estaduais apenas para financiar obras de interesse eleitoral.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou a Caixa Econômica Federal (CEF) a operar no mercado aberto (open market), realizando operações com títulos públicos federais junto a outras instituições. A CEF entrará nesse segmento do mercado financeiro com recursos captados de seus clientes, concorrendo também dessa forma com os bancos privados.

Com esta medida chegamos à perfeição do absurdo: uma instituição financeira oficial vai passar a faturar; isto é, a "ganhar dinheiro" em cima da dívida pública que ela própria ajuda a fabricar. Nem um autor de ficção científica seria capaz de tanta criatividade (e nem, muito menos, de tanta falta de vergonha na condução dos negócios públicos).

Como sempre, a medida favorece também a estatização da área financeira, que já vinha sendo ampliada há tempos por medidas como a que transformou o Banco do Brasil em um conglomerado com atuação em todos os segmentos por iniciativa do seu poderoso ex-presidente, Camilo Calazans, que pretendia "compensar" o BB pela perda da conta-movimento, utilizada pelas estatais para a transferência de suas dívidas ao Tesouro (ou seja, ao povo, na forma de inflação). É sobre o financiamento de dívidas como esta que as instituições do governo querem, agora, "faturar"... Como era de se prever, a autorização concedida pelo CMN à CEF provocou imediata reação dos representantes do Banco da Amazônia (Basa), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), que reivindicaram, no ato, idêntico tratamento. Ou seja, essas instituições financeiras governamentais — e todas as outras virão atrás — também querem atuar diretamente no open market, retirando mais uma importante fatia de mercado dos intermediários financeiros privados. Não foi sem razão que o presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio de Oliveira Santos, votou contra a decisão do CMN por considerá-la mais um avanço do Estado sobre o setor privado.

As operações da CEF no open e no overnight deverão começar dentro de 60 dias e ninguém deve estranhar se, em consonância com a politicagem reinante no Palácio do Planalto, que só pensa em agradar os amigos do presidente, logo os demais bancos estatais federais receberem autorização semelhante à concedida à CEF. Naturalmente, preocupado com as críticas a mais essa decisão política do governo, o presidente da CEF, Maurício Viotti, disse que o aumento de rentabilidade "abrirá a hipótese de elevação dos recursos destinados aos programas habitacionais". (Dá para acreditar?)

Igualmente preocupado com as repercussões dessa estabana decisão do CMN, o diretor da Dívida Pública do Banco Central, Juarez Soares, negou que a medida seja estatizante (quais seriam suas consequências além, é óbvio, de permitir a uma instituição financeira do Estado a ocupação de um espaço hoje ocupado por instituições privadas?) e assegurou que a CEF injetará recursos em outras instituições financeiras, principalmente nas pequenas, como é o caso das distribuidoras. A impressão de fontes do mercado financeiro, no entanto, é exatamente oposta, pois a captação de recursos pela CEF vai inviabilizar o negócio das instituições de menor porte.

Além de abrir mais um pouco a economia ao avanço da estatização, o CMN decidiu alterar o que havia sido estabelecido pelo Programa de Recuperação Financeira dos Bancos Estaduais, um esquema elaborado ainda na época do regime militar para ajudar as instituições que ficaram devedoras no Banco Central em virtude dos gastos nas eleições municipais de 1982. Apenas dois dos 16 bancos estaduais que haviam entrado nesse programa conseguiram cumprir suas metas (o Banco do Estado do Paraná e o Banco do Estado de Minas Gerais). A partir de agora os bancos que ainda estão no programa somente serão obrigados a apresentar resultados positivos (???) e a manterem 8% de recursos próprios em relação a recursos de terceiros, mas o presidente do Banco Central afirma, com grande dose de otimismo, que a mudança "não representa maior liberalidade do BC no controle dos 14 bancos estaduais".

Para completar a festa do CMN, que nem parecia estar-se reunindo num momento dramático em que se vislumbra a completa ruína financeira do governo, a CEF recebeu autorização para emprestar Cz\$ 2 bilhões a 22 prefeituras alegadamente para obras no setor habitacional e de infra-estrutura. O ministro Prisco Vianna justificou a decisão com o argumento de que os pedidos estavam tramitando há tempos e não representam endividamento adicional. A única ressalva é que os recursos somente poderão ser liberados com aprovação do Senado se houver saldo disponível na CEF...

Como se vê, em vez de resolver adotar um programa enérgico para sanear as finanças públicas, o governo Sarney continua tomado pelo mais nauseabundo fisiologismo, não hesitando em permitir novos avanços do processo de estatização e, o que é chocante, a "fritura" dos poucos setores responsáveis da administração pela turma da ganstança.